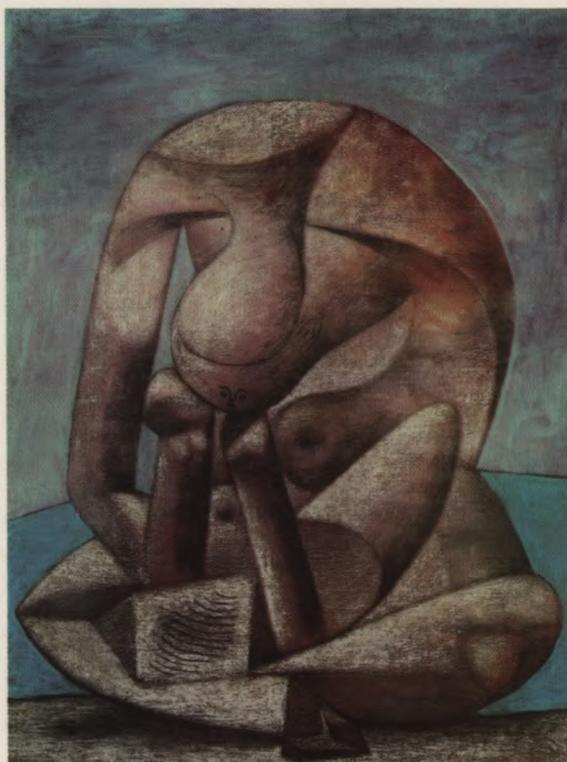


REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
**DAS IDEIAS**



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E A  
HUNGRIA NO PERÍODO DE ENTRE-GUERRAS**  
**Notas de uma investigação**

*Introdução*

Na década de oitenta surgiu pela primeira vez a possibilidade física e a necessidade histórica de serem feitos os primeiros levantamentos sobre os contactos diplomáticos esporádicos que tenham unido estes dois países, nos mais diversos momentos da sua acidentada história. Os processos históricos de ambos formam-se de algum modo compartilhados por uma experiência bem similar. Basta pensar tão-só no percurso paralelo comum, decorrente do facto de constituírem semiperiferias, embora opostas, da Europa. Estes factores já por si só convidam e apontam, aliás, para um estudo aprofundado. No entanto, paradoxalmente, podemos dizer que poderá esta mesma distância geográfica culpar-se pela inexistência de estudos genéricos sobre este assunto.

O autor destas linhas, bolseiro do então ICALP e do Ministério da Cultura húngara, teve o privilégio de desvendar algumas pistas aquando das suas pesquisas no Arquivo do MNE de Lisboa e no Arquivo Nacional de Budapeste, labor que teve uma feliz continuação pela mão da bolsreira Maria Bernardette Godinho, ex-leitora na Universidade de Economia de Budapeste (e actual leitora do Instituto Camões em Zagreb), a quem cabia auxiliar, como orientador, as suas \*

\* Universidade Elte (Budapeste - Hungria).

investigações. Acontece todavia que - a não ser que muito limitadamente e através dos respectivos relatórios de trabalho - os resultados das pesquisas efectuadas não foram devidamente divulgados, ou antes, só mínima e parcialmente o foram.

Mais afortunados (diria), na década de noventa foram já aqueles continuadores, como Éva Bán e António Louçã, beneficiados também por uma maior abertura política. Inclusivamente já então se tinham ultrapassado obstáculos que o próprio sigílio arquivístico nos impunha outrora em relação aos "quentes" anos quarenta. Referentes a este período foram já publicados alguns artigos e estudos de vários autores, para cuja leitura remetemos todos aqueles que eventualmente se interessarem por estes curiosos aspectos, particularmente revelantes, dos contactos luso-húngaros e/ou apreciarem a micro-história diplomática da Segunda Grande Guerra<sup>(a)</sup>.

Gratificante nos foi dado saber que existiria, no entanto, um interesse pelas nossas pesquisas realizadas num período que chamaríamos de "primeira geração", por realçarem alguns aspectos estruturais que outros não salientaram e por apresentarem o dia a dia da diplomacia num quadro institucional e político linear e cronologicamente frisado. Ao revistarmos a história dos contactos culturais luso-húngaros, graças a um projecto do Programa Lusitânia da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Lisboa, cabe-nos agradecer como investigador responsável deste projecto não só o apoio desta instituição, mas também ao director da redacção desta Revista pelo facto de nos ter encorajado a publicar finalmente o presente texto. Por ter ficado inédito durante muito tempo não julgamos de todo ultrapassado, embora possivelmente deva ser considerado preliminar em relação a análises mais recentes. Se bem que acuse as características

(<sup>a</sup>) A melhor síntese neste momento destas pesquisas encontra-se publicado por Éva Bán com o título de "Portugália második világháborús semlegessége és a magyar holocaust" (A neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial e o holocausto húngaro" nas Actas duma Conferência organizada na Universidade Económica de Budapeste em 1995 com o título de *Új utak a közgazdasági, üzleti és társadalomtudományi képzésben, Társadalom és Gazdaság közép- és Kelet-Európában*. (Novos caminhos na formação na esfera da economia, negócios e de ciências sociais, Sociedade e Economia na Europa Central e de Leste) voi. 2.

duma modesta "primeira abordagem", esperamos que este ensaio continue a constituir uma notinha útil como primeiro esboço interpretativo sobre uma rica temática que convida ainda a futuras reflexões.

### 1. O Império bipolar

Tendo em conta a estrutura da Monarquia Áustro-Húngara<sup>(2)</sup> como que reflectindo e reconhecendo a importância política dos corpos políticos que a constituíam, funcionava em Viena de Áustria uma "embaixada" de carácter político-diplomático, denominada "Legação de Portugal", subordinada ao embaixador, *chargé d'Affaires* ou consul acreditado na capital austríaca, e, paralelamente, um consulado em Budapeste, com o nome de "Consulado de Portugal". De certo ponto de vista, a tarefa deste era até mais operacional que a da dita legação: promover o comércio português com os países da Santa Coroa Húngara.

As informações respeitantes ao comércio e à administração do Consulado, dirigiam-se ou, directamente, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugêses ou, indirectamente, à Legação em Viena. As respectivas respostas também vinham ou directamente ou respeitando o esquema hierarquizado dito acima.

Subordinado à "Representação Comercial" de Budapeste, funcionava igualmente em Fiume um Vice-Consulado, cuja importância iria aumentar consideravelmente com a abertura duma rota marítima directa entre os dois países (1902) que, por seu turno, iria

<sup>(2)</sup>Na onda europeia das revoluções liberais do ano de 1848, a Hungria sublevara-se contra a subjugação habsburga, chegando a destronar a casa dos Habsburgos em Abril de 1849. A Guerra da Independência, encabeçada por Kossuth, foi esmagada neste mesmo ano pela intervenção militar conjunta da Rússia dos Czares e da Áustria Imperial. Uma primeira referência aos contactos diplomáticos tem a ver com esta Revolução. Walter, Chefe da Delegação Austríaca em Portugal, protesta contra a recepção de Miklós Kis, Embaixador de Kossuth em missão especial. Em 1867 dá-se a reconciliação entre o Centralismo Habsburgo e a tendência Liberal Constitucional dos Húngaros. Cria-se um Império Bipolar, a Monarquia Austro-Húngara, que respeita ambas as tendências, funcionando governos autónomos e independentes húngaros e austríacos, respectivamente, mas centralizados nas pastas ministeriais-chave, económicas e diplomáticas.

causar importantes mudanças, tanto no volume como na estrutura do comércio entre ambos.

As informações financeiras e fiscais, tanto do Vice-Consulado como do Consulado eram enviadas, respectivamente, à Legação de Hamburgo e às secções competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e ao Ministério das Finanças.

Segundo o material existente nos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, podemos seguir a par e passo, a partir da década de 80 do século passado, o funcionamento e a actividade da Representação, incluindo o lugar e uma lista dos seus funcionários.

Deduz-se dos impressos e carimbos do Consulado de Budapeste que este terá funcionado nos seguintes endereços:

- Budapest V.Ker. Nagy Korona 21 - de 1884 a 1887

e

- Budapest VI.Ker. Lendvay u. 5 - entre 1887 e 1891, sendo este o curto período de que os materiais nos falam de "Legação".

De entre os seus funcionários salientemos o Doutor Szvetnay Miklós (Doutor Nicolas Szvetnay de Szudocsay, nos documentos), que é o primeiro Cônsul de Portugal em Budapeste, a partir de 18 de Abril de 1884, súbdito húngaro, o qual expediu os seus relatórios em francês, conservando-se, também, manuscritos pelo próprio, em português. Em 24 de Março de 1886 este funcionário zeloso escreve: "Sa Majesté le Roi a désigné me décorer le grade de Commandeur de l'Ordre du Christ, pour les services bien modestes...".

Oferece troca de catálogos e amostras das exposições agrícolas dos dois países: a Exposição Agrícola Internacional de Budapeste e a Feira Agrícola de Lisboa de 1884. A primeira amostra dos produtos húngaros chega a Portugal no vapor B. Kemény da Companhia de Navegação Adriática, em Fevereiro de 1886.

Julga primordial a sua tarefa de promover contactos. Escreve: "Le devoir d'un consul était d'employer toutes ses forces pour faire progresser le développement des relations commerciales de toute nature".

Para alcançar tais finalidades são expedidas informações várias<sup>(3)</sup>, como ensaios, folhetos informativos, acordos, listas

(3) Tais como um opúsculo de Debô Albert, *Description économique des forêts de l'Etat Hongrois*, ou um folheto sobre a indústria de moagem húngara, etc.

alfandegárias, actos legislativos e outros, todos traduzidos em francês. É ele quem introduz o sistema de *rappports* globais sobre o funcionamento do comércio e da economia húngaras, *praxis* seguida, aliás, pelos cônsules que se lhe seguem.

Menciona-se, a título de curiosidade, serem pontos obrigatórios destas minuciosas informações oferecerem dados de duas epidemias que grassaram, uma humana e uma outra vegetal: a epidemia da cólera (a última de grande vulto no Continente Europeu) e a grande epidemia da filoxera de 1885, que afectou consideravelmente a vinicultura e, por conseguinte, a exportação de vinhos húngaros.

Em 1891 assume as responsabilidades de Cônsul um novo funcionário húngaro ao serviço da Coroa Portuguesa, Emeric Comei Birnebaum, que, à semelhança do seu antecessor, põe ênfase na realização de negócios concretos, sempre apoiado por vasta gama de informação. Pede aos comerciantes húngaros ofertas de preços para a exportação de cereais para o ano de 1892. Em 1893 prepara uma lista sobre o tráfego marítimo entre Fiume, o maior porto marítimo do Adriático húngaro, e os portos portugueses no período compreendido entre 1889 e 1892.

Em 1897, como testemunham informações manuscritas, prepara a visita do Presidente da Companhia dos Correios e Telégrafos de Lisboa, pela ocasião de um Congresso Internacional, em Budapeste<sup>(4)</sup>.

No ano precedente, no entanto, Birnebaum teve visitas muito mais ilustres: trata-se da visita da Rainha - "Sa Majesté la Reine du Portugal" - que deu, de certo modo, o primeiro impulso político ao aprofundamento dos contactos.

Os *rappports* anuais falam-nos sobre a troca de produtos dos dois países, numa percentagem, pelo menos já computada no balanço comercial de ambos. Estas percentagens mínimas mas estáveis deterioraram-se pela ruptura que constituiu a Primeira Guerra e pelas consequências bélicas daí advindas.

(4) Nesta altura, graças ao Engenheiro Tivadar Puskás e a outros colegas, a Telecomunicação húngara esteve no *top* tecnológico.

## 2. A representação diplomática portuguesa em Budapeste após a Primeira Guerra Mundial

Após a Primeira Guerra Mundial e o desmoronamento da Monarquia bipolar sob a orientação dos Habsburgos, os contactos diplomáticos oficiais entre os dois Países só se mantiveram de forma indirecta.

Sabemos através de uma carta de Couceiro da Costa, escrita ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses (11 de Outubro de 1924 - Viena de Áustria)<sup>(5)</sup> que tinha sido incumbido da representação dos interesses portugueses o Visconde Garcia Real, Ministro Plenipotenciário e Extraordinário de sua Majestade o Rei de Espanha, no período de 24 de Agosto de 1920 até 21 de Setembro de 1924.

Só em 24 de Setembro de 1924 se realiza a entrega da carta de acreditação de Couceiro da Costa e, com este acto, restabelecem-se as relações diplomáticas entre os dois países. Aliás, o cargo era já conhecido pela parte de Couceiro da Costa. Em 25 de Junho de 1924 teria de apresentar-se no seu posto diplomático como "Embaixador Plenipotenciário da República Portuguesa". Depois da carta de acreditação ser entregue, Couceiro da Costa permanece durante algum tempo e, por ordem superior, deixará na capital húngara, como *chargé d'Affaires*, José de Morais Carvalho Guimarães, Conselheiro da Legação Portuguesa de Viena de Áustria. A partir desta data será José de Morais Carvalho Guimarães o encarregado de dar, paralelamente, prosseguimento aos assuntos consulares, até à nomeação dum novo cônsul por parte da Administração Portuguesa. Esta proposta partiu do próprio Francisco Manuel Couceiro da Costa<sup>(6)</sup>.

O Real Embaixador de Espanha e seus colaboradores (D. José G. de Gregorio, *Attaché*, e D. Santiago y Mugiro, Cônsul honorário, além de D. José Gallaort Guirbal), como recompensa do seu labor incansável na representação dos interesses portugueses) recebem as condecorações da Ordem Militar de Cristo, distinções dadas de acordo

<sup>(5)</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, M.4: 1923/1925: diversos - Arquivo - Delegação de Portugal em Viena de Áustria - carta n.º. 22-A/101.

<sup>(6)</sup> Carta de Francisco Manuel Couceiro da Costa ao Visconde Garcia Real, Embaixador Real Espanhol, 17 de Setembro de 1924 - Arquivo da Delegação de Portugal em Viena de Áustria, M.4-1923/1925: diversos/10.

com a sua categoria diplomática, através de uma proposta de Couceiro da Costa<sup>(7)</sup>.

A partir de Setembro de 1924, os assuntos correntes comerciais vão ser atribuídos ao Consulado Português, como testemunham duas cartas de Garcia Real (19 de Setembro de 1924), através das quais se demonstra que os comerciantes húngaros interessados são canalizados para o Consulado Português que funcionava temporariamente no Hotel Duna Palota<sup>(8)</sup>.

Os assuntos consulares são despachados por José Morais Carvalho Guimarães, mas levanta-se a hipótese da renomeação do Cônsul Ladislas Burnebaum para este cargo. Todavia, após negociações com o Embaixador Português em Viena, Junho /Julho de 1924, Couceiro da Costa propõe para o cargo Charles Gross, "súbdito húngaro reconhecido como pessoa de confiança e perito em assuntos comerciais".

Em 17 de Setembro de 1924, efectivamente Gross é nomeado Cônsul e, de uma carta datada de 9 de Outubro deste mesmo ano, deduz-se também o beneplácito de consentimento do Real Governo Húngaro para o desempenho dessas funções.

### 3. *A preparação do primeiro Acordo Comercial Luso-Húngaro de 1926*

O Conde Lajos Ambrosi, Embaixador Húngaro em Viena de Áustria, informou o seu colega português Dr. Fernando Quartim de Oliveira Bastos, *Chargé d'Affaires* na capital austríaca (carta datada de 27 de Janeiro de 1926), que, no prosseguimento das suas negociações sobre um acordo comercial entre os dois países, o Real Ministério dos Negócios Estrangeiros Húngaro encarregara o Doutor Sándor Moldovány - Conselheiro de Legação de 1ª. classe, Director da Secção Económica - de realizar negociações prévias visando a celebração do dito Acordo.

(7) *Idem*, Carta n.º. 17-A/82. A própria proposta vem assinada também pelo Embaixador Santos Tavares.

(8) Telegrama dum engenheiro húngaro: "Onde funciona a Legação Portuguesa em Budapeste, ou quem a substitui?". Resposta: "O endereço do Ministro Português Couceiro da Costa é no Hotel Duna Palota".

As perguntas do *Chargé d’Affaires* português para o seu Ministério foram as seguintes:

– "Deseja o Governo Português negociar um tratado, um simples Acordo Comercial, por troca de notas?"

– "Quererá esse Ministério antecipar-se ao Governo Húngaro, apresentando um projecto de acordo ou tratado, sobre o qual deverá incidir a discussão; ou quererá limitar-se a apresentar oportunamente um contra-projecto ao projecto que o referido Governo venha a apresentar?"

De qualquer forma, junta ao telegrama as convenções comerciais da Hungria, celebradas com a Espanha, a França e a Itália, além de um exemplar, traduzido em francês, das disposições alfandegárias húngaras.

Em 28 de Fevereiro de 1926, Fernando Quartina Bastos põe-se em contacto com o Doutor Moldovany que lhe transmite para ser estudado, como uma espécie de modelo, o Acordo Comercial entre a Hungria e a Holanda.

Por seu turno, este acha que não seria um acordo comercial por troca de notas, mas sim um acordo comercial tipo convenção, assinado por ambas as partes, o que conviria formalmente às finalidades do seu conteúdo, posto não haver antecedentes imediatos. No fundo, isto significa o reconhecimento do princípio do tratamento da nação mais favorecida para Portugal e, como tal, em recompensa, aplicar-se-iam às mercadorias húngaras os direitos da pauta mínima.

A exportação do vinho português constitui um ponto de discussão especial entre ambos. Quartina Bastos pretende alcançar um tratamento especial e favorecido para os vinhos do Porto e da Madeira que Moldovány - tendo em conta um mercado vinícola húngaro estabelecido - não acha ser viável, mas que, na base do princípio de "nação mais favorecida", poderia obter um tratamento idêntico ao dos vinhos franceses, segundo o modelo do Acordo Comercial com a França. Formula-se uma proposta de "cláusula" e, no caso destes vinhos, do Porto e da Madeira<sup>(9)</sup>, para evitar uma

<sup>(9)</sup>Arquivo da Delegação Portuguesa de Viena de Áustria, M.6: Tratado de Comércio com a Hungria - Protocolos n<sup>os</sup>. 2.3.4. S. -B, 28 e 29 de Janeiro de 1926.

campanha política neste ponto do Acordo, não se especificaria a data da produção destes vinhos generosos.

Em Fevereiro deste ano, a Legação Portuguesa de Viena recebe vários telegramas, todos pretendendo saber se haverá na Hungria proibição de importação de vinho, ou aplicação de contingentes limitados para os vinhos estrangeiros. As respostas negativas do Conde Ambrosi esclarecem o último ponto do Acordo, prestes a ser assinado.

#### 4. *Os anos trinta*

Os anos trinta, observados do ponto de vista húngaro, são portadores de significativas mudanças nas relações luso-húngaras. Começamos pelas económicas.

Neste período os contactos comerciais fortalecem-se, apoiados por um novo Acordo Comercial mais pormenorizado, assinado em 11 de Novembro de 1929 e que entrará em vigor a partir de 9 de Agosto de 1930. Este acordo será o reconhecimento da importância da abertura de mercados, mutuamente vantajosos, em primeiro lugar, para a indústria portuguesa de conservas (sardinhas e outros), em particular, e para os produtos agrícolas húngaros<sup>(10)</sup>.

Faça-se menção ao facto de, entre os estados herdeiros da ex-monarquia Austro-Húngara, ser a Checo-Eslováquia o país que mantivera os contactos comerciais e diplomáticos mais desenvolvidos com Portugal. Estes só ficarão deteriorados nos anos da Guerra Civil Espanhola, quando, sob pressões várias, a Checo-Eslováquia suspende as suas exportações de materiais bélicos para Portugal, causando assim não poucas calúnias diplomáticas, incluindo a ruptura das relações<sup>(11)</sup>.

<sup>(10)</sup>A exportação portuguesa no ano de 1930 atinge a nível de 1.000.000 de Pengõ da parte húngara: além de cereais, exporta-se tabaco no valor de 24.000 Pengõ; e estão em curso negociações sobre a venda de 2.000 cabeças de cavalos para o exército português com a finalidade de aperfeiçoar o *pedigree* equestre português.

<sup>(11)</sup>No dia 6 de Agosto de 1937 são excluídas todas as firmas checas das compras estatais portuguesas, porque a Fábrica Ceskoslovenka Zbrojolka deixou de respeitar uma expedição de produtos. No dia 19 do mesmo mês cortam-se as relações diplomáticas e os respectivos embaixadores abandonam

Curiosamente, o ano de 1937 coincidirá com a data a partir da qual começam, respectivamente, embaixadores húngaros a desempenhar funções em Lisboa e portugueses em Budapeste, com *carácter permanente*, tendo *exclusivamente* estas capitais por seu posto diplomático.

Mas recapitemos a história dos contactos diplomáticos dos anos precedentes, também a partir do *rapport* n.º. 784 do Embaixador Pál Hevessy elucidativo da *praxis* destes anos.

Este Embaixador acreditado em Madrid e em Lisboa entrega a sua carta de acreditação ao Marechal Carmona, em 17 de Maio de 1931, e informa-nos de que, nesta altura, foram apenas três as nações que se fizeram representar *permanentemente* na capital portuguesa com o cargo de "embaixador" (Inglaterra, Espanha, Brasil). Depois de pronunciar um discurso na Sociedade de Geografia (23 de Junho), ele próprio decide voltar a Madrid, não permanecendo mais do que escassos meses em Lisboa, embora tenha ordenado que funcionassem dois cônsules honorários em Portugal (no Porto, um proprietário de uma fábrica têxtil, que emprega cerca de 800 operários, e em Lisboa, um engenheiro húngaro - Artur Baján - que dirige simultaneamente as obras de reconstrução do porto de Lisboa, representando uma firma italiana)<sup>(12)</sup>. Hevessy é de opinião que nem o número reduzido da colónia húngara (14 almas), nem a intensidade dos contactos, justificavam, por enquanto, a introdução de mudanças estruturais na Representação Diplomática. O *rapport* pessimista de Hevessy de 1932 sublinha malicioso que o *Chargé d'Affaires*, no decorrer de dois anos, não tinha conseguido deslocar-se de Madrid a Lisboa e lamenta constatar o facto da extinção do Consulado Húngaro e até, por falta de verbas, os diplomatas húngaros de Madrid terem deixado de assinar jornais portugueses<sup>(13)</sup>.

Um ano depois, naturalmente, o *Chargé d'Affaires* István Csáky

os seus postos. O Embaixador Português em Praga vai para Viena de Áustria, o Embaixador Checo Fiedler vai para Saint Jean de Luz. Os interesses portugueses serão representados pela Itália na capital checa.

<sup>(12)</sup> No lançamento da primeira pedra das obras de reconstrução do porto de Lisboa, que tem lugar em 18 de Maio de 1931, na fotografia anexa ao documento o cônsul aparece retratado na presença do General Carmona.

<sup>(13)</sup> Arquivos da Legação Real Húngara em Lisboa 1928-1944; Arquivo Nacional Húngaro, K.63 Kúm-pol Portugália 26. M.225.

estará já em condições de se apresentar em Lisboa e ser recebido pelo Presidente da República em 15 de Junho de 1933. No decorrer das suas negociações com altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros é interrogado pelo Chefe da Secção de Protocolo, Barreto da Cruz, por que não terá a Hungria um consulado permanente em Lisboa - "no fim de contas é um País a ser-lhe dada atenção...".

Csáky, na sua resposta evasiva, argumenta que "o Representante português de Budapeste também vive em Praga". A discussão termina com a seca afirmação portuguesa de "o Embaixador português acreditado *também* em Budapeste vive em Praga, pela simples razão de o Governo Checo-Eslovaco dispor de um *Chargé d'Affaires* permanente em Lisboa"<sup>(14)</sup>.

Seja como for, no ano de 1934 ambas as partes exprimem a sua vontade de mudar o sistema de representações, começando pelo fortalecimento dos laços, tanto culturais, como económicos.

Em 20 de Novembro de 1935 faz-se a entrega da carta de acreditação do *Chargé d'Affaires* real húngaro, Andor Wodianer, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses<sup>(15)</sup>. Será um autêntico ponto de viragem posto que, a partir desta data de 1937, na pessoa dele, com o cargo de "embaixador", até 1944, encontramos à cabeça da Legação um ambicioso diplomata de carreira. Por seu turno, a partir de 1937, funciona em Budapeste um Cônsul honorário português - Vasco da Gama Santos - seguido, a partir de 21 de Abril de 1938, por um embaixador plenipotenciário português na pessoa de José da Costa Carneiro.

Em 18 de Novembro de 1939 o Almirante Horthy recebe em visita de apresentação o novo Embaixador português Carlos de Almeida Alfonseca de Sampaio Garrido, que terá de representar o seu país, assim como o seu colega húngaro, o próprio Wodianer também, em circunstâncias bem diferentes das da Segunda Guerra Mundial<sup>(16)</sup>.

(14) *Idem, ibidem.*

(15) Arquivo Nacional Húngaro Sajtóosztály Küm K.428 Könyvtomatosok, Országok Szerint Portugália (Secção de Imprensa do M.N.E. - Notícias impressas segundo divisão por países Portugal).

(16) *Idem, ibidem.*

## 5. Os aspectos gerais da participação húngara na Segunda Guerra Mundial

Em 25 de Novembro de 1936 assina-se o pacto bilateral "contra a Internacional Comunista" entre a Alemanha e o Japão. O ano de 1937 traz a incorporação da Itália de Mussolini no "eixo", passando finalmente a formar parte deste bloco agressivo - entre outros - também a Hungria, em 1939. Interpretado - aliás com justa razão - o acordo de Trianon<sup>(17)</sup> como uma introdução errada a uma guerra não menos errónea, a elite política húngara dos anos 30 não tardava em se aliar a uma Alemanha, potência regional de primeira importância no contexto Centro-Leste-Europeu, para, numa remodelação desta zona, beneficiar dum beneplácito para a desejada revisão territorial. As duas decisões de Viena de Áustria (2 de Novembro de 1938 e 30 de Agosto de 1940) com a satisfação de certas pretensões territoriais húngaras - de resto, tanto étnica e linguisticamente apoiáveis, como histórica e culturalmente fundamentadas - faziam prevalecer uma linha governamental germanófila (governos Imrédy, Bárdossy), sobre uma tendência mais ponderada (governo Teleki) na entrega política total e sem condições, ao Führer - Marte Glorioso da primeira fase da Guerra.

O prestigioso Primeiro Ministro Teleki, na altura de lhe ter sido imposta pelos alemães a alternativa da violação do Acordo de amizade com a Jugoslávia (imposição de uma intervenção militar directa e conjunta neste país) suicida-se para manter vivo e sem-mácula pessoal a honra nacional. O Governo Kállay (1942-1944) não soube elevar-se a este pedestal moral. Todavia, através duma hábil política de pêndulo, nunca se desfizera dos seus contactos diplomáticos britânicos e íntimos, pró-aliados, mesmo nos mais "firmes" momentos da expressa adesão militar nas frentes ucranianas, às armas e ao espírito nazis.

O<sup>7)</sup> Um curioso ensaísta português Licínio Rendeiro, no seu estudo *A Guerra de 1914-1918, a irresponsabilidade da Hungria no conflito* escreve sobre as consequências do Acordo: "enquanto a Alemanha e a Bulgária perdiam somente 12% e 8% respectivamente, do seu território, à Hungria eram arrancados 72%; enquanto a Alemanha e a Bulgária eram privadas unicamente de 10% a 8% da sua população, a Hungria chora 64% dos seus filhos acorrentados ao jugo dos vizinhos". Tipografia Vouga, Sá da Bandeira (Lubango), 1938.

Por seu turno, o Regente Horthy não soubera realizar, no dia 15 de Março de 1944, a viragem militar e político-diplomática prevista, ficando a Hungria ocupada militarmente pelas tropas alemãs, afastando-se do poder o Almirante "fascisante" para ser substituído pelo sistema totalitário aberto dum medíocre Szálasi.

#### 6.1940 -1944

Tem-se sobre valorizado de maneira especial o papel desempenhado pelas Missões Diplomáticas em países neutrais no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quer como postos diplomáticos, quer como centros de propaganda para uma opinião pública "aberta", quer ainda como centros de espionagem para desinformação e obtenção de informações várias.

#### *A imprensa portuguesa e a propaganda húngara*

Não é por mero acaso que existem pelo menos três diplomatas húngaros nesta circunstância - Lajos Tamás, correspondente da Agência Noticiosa Húngara e que representa paralelamente a chamada Liga Revisionista Nacional, László Sima, *Attaché* de Imprensa, e Elemér Ujpétery, Primeiro Secretário.

Quando este último ocupa o seu posto está a desempenhar uma muito curiosa campanha no duelo propagandístico entre romenos e húngaros a justificarem as suas "pretensões" na Imprensa Internacional - aliás justas - pela posse da Transilvânia. Como consequência desta campanha que curiosamente tem uma certa limitação por acordo tácito dos dois embaixadores, tanto na imprensa portuguesa sobre a Hungria, como na imprensa húngara sobre Portugal, surge uma grande onda de informações publicadas de ambos os lados.

Note-se que existira já, a partir dos anos trinta, certa afinidade política mútua, uma simpatia especial do regime de Horthy pelas ideias de Salazar e, na base destas simpatias correspondidas<sup>(18)</sup>,

<sup>(18)</sup> Para a criação destas simpatias podiam ter contribuído decisivamente os contactos eclesiásticos intensivos e pessoais dos Cardeais Cerejeira e Serédy. Cf. Arquivos da Legação Real Húngara em Lisboa 1928-1944; Arquivo Nacional Húngaro, K.63 Küm-pol Portugália 26-M. 225 / Rapport do Chargé d'Affaires Csáky de 1943.

mantém-se vivo nesta época um interesse patente na publicação dos artigos mais variados nos mais diversos jornais<sup>(19)</sup>.

O livro de Salazar com o título de *Békés Formdalom (Revolução Silenciosa)* teve duas edições a cargo da Editora Athéneum de Budapeste, o qual mereceu uma introdução do Primeiro Ministro Conde Pál Teleki e um ensaio de György Ottlik, que acompanha a tradução húngara. György Ottlik, redactor principal do jornal *Pester Lloyd*, em Outubro de 1940 visita Lisboa onde é recebido, tanto no Palácio de Belém, como por parte de Júlio Dantas e da Academia das Ciências, que ofereceram um almoço em sua honra<sup>(20)</sup>.

Este período coincide com a publicação de vários artigos sobre o Portugal de Salazar, seguida por um ensaio sobre os ideais deste estadista. Inclusive estava prestes a sair uma biografia dele, da autoria de Elemér Pajzs<sup>(21)</sup>.

A visita de João de Ameal à Hungria, em Junho de 1943, dinamizará igualmente a imprensa portuguesa. Além do *Diário da Manhã*, órgão semi-oficial de Salazar, do qual é colunista permanente este historiador-ideólogo português, no jornal católico *A Voz* sentir-se-á também o interesse pela Hungria.

Mencione-se o nome de Licínio Rendeiro, por causa da sua húngarofilia notória, que, além de um ensaio<sup>(22)</sup>, publicou um artigo sobre o Conde Apponyi em 1939 (em Sá da Bandeira, *sic!*), causando grande eco nas imprensas portuguesa, húngara e romena.

<sup>(19)</sup> Entre os jornais nacionais salientam-se o *Diário da Manhã*, o *Século*, o *Jornal de Notícias*, o *Diário Popular* e *A Voz*. Mas mesmo em jornais regionais, desde o *Norte Desportivo*, passando pelo *Notícias da Covilhã* e *Minho*, publicam-se com certa regularidade artigos de temática húngara. Várias destas redacções recebiam regularmente a *Nouvelle Revue de l'Hongrie*. Este órgão propagandístico húngaro oferecia, não poucas vezes, pontos de apoio para despertar o interesse. Cf. Arquivo Nacional Húngaro, Sajtóosztály Kúm K428 Könyvnyomatosok - Portugália.

<sup>(20)</sup> Segundo uma notícia de 2 de Novembro de 1940 da Agência Noticiosa Húngara (MTI), *Idem, ibidem*.

<sup>(21)</sup> Artigos como, por exemplo, publicados em *Kis Újság* (12 de Abril de 1941), *Képes Vasárnap* (30 de Outubro de 1943) e vários do *Pester Lloyd*. O ensaio intitula-se *Salazar állameszméje (A ideia do Estado em Salazar)*, Szedlar-Gacs; Sárvár - Pápa, 1941.

<sup>(22)</sup> Cf., supra, nt. 17.

Naturalmente, a propaganda de simpatia romena não é menos activa do que a húngara: Mircea Eliade publica um artigo sobre os lusófilos romenos e Telega Popescu sobre os traços comuns do folclore romeno e português... Em Fevereiro de 1943 inaugura-se um Departamento Romeno na Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Buescu. Em Dezembro do mesmo ano, chegara a Lisboa o Professor Mihály Ferdinándy para lançar um curso de Húngaro aqui, mas os seus colegas romenos "desterraram-no" para a Universidade de Coimbra, de resto, não menos prestigiada<sup>(23)</sup>).

### 7. Peace-feelers obreiros da paz esquecidos

O Embaixador Húngaro em Lisboa - que até certo ponto serviu de observador e elo de ligação com a Inglaterra -, em 23 de Setembro de 1941, informa: "segundo informações concludentes obtidas por diferentes canais, nos últimos dois meses tem havido uma forte deterioração da nossa posição junto de Londres [...] Por causa do nosso envolvimento [na intervenção militar contra a União Soviética] os ingleses consideram-nos seus adversários, como aos próprios alemães"<sup>(24)</sup>.

Na realidade a declaração do estado de guerra faz-se poucos meses depois, quando o *Chargé d'Affaires* dos Estados Unidos entrega a nota diplomática inglesa em 6 de Dezembro de 1941. As vicissitudes sofridas nas frentes soviéticas, seguidas de batalhas e perdas catastróficas para o exército húngaro, fazem com que se procure uma saída deste beco, incentivando tanto o Governo Húngaro como a sua oposição, à procura de contactos diplomáticos informais e pluridimensionados com as Potências Aliadas.

Neste sentido, foi dado um apoio motivado, em parte, pela amizade tradicional e multi-secular húngaro-polaca e, em parte

<sup>(23)</sup> Cf. Arquivo Nacional Húngaro, Sajtóosztály Küm K428 Könyomatosok - Portugália. De resto, lêem-se passagens encantadoras sobre a "Guerra de Imprensa Romeno-Húngara" nas memórias de Elemér Ujpeéry *Végállomás Liszabon (Lisboa, terminal)*, Budapeste, Magvető, 1987. Diga-se de passagem que a única *História da Hungria* de qualidade e acessível a Portugal (lamentavelmente só em espanhol), é da autoria de Ferdinándy.

<sup>(24)</sup> Arquivo Nacional Húngaro, Küm-respol. 1941-2-743.

também, devido à posição húngara positivamente neutra e correcta em relação à Polónia na altura da sua invasão, que constituiu o prelúdio da Grande Guerra.

Em 1939 a Hungria, não só recusava a sua participação, mesmo indirecta, no projecto de Hitler, que viria a explodir na Segunda Guerra Mundial, mas também, após o desmoroamento polaco e a ocupação total deste País, acolhia milhares de refugiados polacos<sup>(25)</sup> na fronteira comum aberta e controlada praticamente por húngaros.

Os refugiados acolhidos eram constituídos por um número a não desprezar de oficiais e soldados do exército polaco esmagado, cuja "evacuação" para o Ocidente, em primeiro lugar para a França, contribuiu para a possibilidade da organização da Legião Polaca, que, em frentes longínquas do seu País, pôde deste modo lançar-se na Guerra Anti-Fascista<sup>(26)</sup>.

Exemplos de clara, inabalável e decidida posição pró-polaca demonstram os factos de poder funcionar em Budapeste uma Embaixada Polaca até 15 de Janeiro de 1941 - apesar de todas as pressões alemãs - e o Governo Húngaro dar sério apoio à organização das estruturas políticas e militares dos polacos refugiados. Estas organizações, naturalmente, não se preocupavam só com os problemas dos refugiados residentes na Hungria, mas constituíam, na realidade, um importantíssimo elo de ligação entre o Governo Polaco exilado e a Resistência na Polónia.

Até à ocupação hitleriana da Hungria funcionavam serviços de correio especiais entre Budapeste e Varsóvia e Budapeste-Londres, respectivamente, que transmitiam o correio polaco para os países neutrais, incluindo Portugal.

O próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros Húngaro, não poucas vezes, através das suas malas diplomáticas, albergava este

<sup>(25)</sup> Uma cifra que talvez dê certa orientação: entre 21 de Setembro e 1 de Outubro de 1939 chegaram à Hungria 40.382 refugiados polacos. A historiografia húngara discorda do número total de refugiados polacos indicando estimativas que variam de 45 a 120.000. Acreditamos que o número de 70.000 não está exagerado, tendo em conta a dimensão das sucessivas ondas do afluxo populacional polaco. Cfr. Gyula Juhász, *Lengyel Menekültek Magyarországon, 1939-1945 (Refugiados polacos na Hungria 1939-1945)* in *Barátok a Bajban (Amigos na Desventura)*, Budapest, Europa Kiadó, 1985, p. 17.

<sup>(26)</sup> Gyula Juhász, *ob. cit.*, pp. 15,16.

processo e enviava materiais que fazia chegar aos Aliados e que contituíam importantes informações políticas e militares.

Graças a este tipo de contacto íntimo húngaro-polaco é que foi possível, por meio de uma acção conjunta em Lisboa, uma primeira tentativa de entrar em contacto com os Aliados e cuja consequência viria a ser a modificação da posição britânica para com a Hungria. Esta tentativa é descrita da seguinte maneira numa carta do Embaixador Inglês em Lisboa, Cambei, escrita ao *Foreign Office*: "em 2 de Fevereiro de 1943 o Conselheiro Potoski da Embaixada Polaca contactou o Embaixador de Sua Majestade e informou-o de ter sido procurado pelo Senhor Gusztáv Kővér, enviado húngaro representante da Cruz Vermelha, tendo a sua recepção sido aconselhada pela Embaixada Polaca em Berna. O Senhor Kővér pretendia formular uma proposta para a colaboração húngara, mas isto é-lhe recusado, em parte por não saber a quem representaria finalmente, e por outro lado, porque [...] foi o Governo Húngaro que escolhera a sua cama, agora, pois, tocava-lhe deitar-se nela ou levantar-se dela com o próprio esforço"<sup>(27)</sup>.

No entanto, notas *pro domo* deste Ministério relativas a este assunto sugerem que seja ponderado "se será correcto recusar terminantemente e em todas as ocasiões as tentativas de aproximação dos estados vassallos de Hitler", posto que até podem ser úteis para causar confusão à Alemanha. Eden, por seu turno, crê possível este tipo de aproximação, embora *só com o consentimento* dos outros Aliados<sup>(28)</sup>.

Paralelamente, com a chamada "Missão Veress" que por fim encontra um feliz contacto com a S.O.E.<sup>(29)</sup>, os diplomatas húngaros também não estão condenados a ser passivos.

(27) Gyula Juhász, *ob. cit.*, p. 24. Uma das visitas frequentes da Embaixada Húngara em Lisboa na R. Alexandre Herculano n.º 27, foi o Coronel Polaco Kowalewski, Chefe dos Serviços de Informação para a área da Europa Ocidental do Governo Polaco no exílio. Confirmar Úypétery, *ob. cit.*, p. 207.

(28) Gyula Juhász in *Magyar-Brit Titkos Tárgyalások 1943-ban*, (Negociações Secretas Húngaro-Britânicas em 1943), Budapest, Kossuth Kiadó, 1978, p. 55.

(29) A S.O.E. (*Special Operation Executive*) foi fundada ainda em 1940 e tinha a tarefa de dar orientação aos movimentos de resistência dos países ocupados pelos aliados e/ou alemães, respectivamente, além de organizar acções de sabotagem e desenvolver esquemas de serviços secretos de informações.

Segundo a notícia do *Daily Sketch*: "Laszló Sima ex-Attaché de Imprensa em Londres e que, actualmente, é agente especial de Horthy em Lisboa, procura o contacto dos diferentes diplomatas neutrais. No dia da queda do Duce, de repente, encontrámo-lo no máximo da sua actividade"<sup>(30)</sup>.

A propósito da queda do Duce, uma fonte, Újpétery, passa a ser por mero acaso testemunha ocular das negociações de paz italianas decorridas em Portugal. Nas memórias lê-se a seguinte passagem rocambolesca: "nos fins de semana, principalmente aos domingos, tinha por hábito levar a almoçar a minha esposa fora de Lisboa. Para estes passeios, um dos lugares predilectos era Alcobaça [...]. Ora bem, esta vila tinha um restaurante famoso, 'O baú'. Viemos aqui fazer a nossa refeição em 12 de Agosto de 1943 [...]. Logo que começámos a almoçar entrou um grupo de, aproximadamente, 14 pessoas. O que mais deu nas vistas no caso destas visitas, foi a metade delas usar hábito de frade e a outra metade serem leigos, e ao sentarem-se a mesa, sempre um leigo junto de um frade, bem divididos"<sup>(31)</sup>.

Um dia depois, em 13 de Agosto de 1943 é divulgada a notícia de a Itália aceitar os princípios das condições do cessar-fogo dos Aliados. A diplomacia húngara e os diplomatas húngaros em Lisboa não estavam em condições de conseguirem tal êxito, em primeiro lugar por não se ter dado uma ruptura na política interna, tão marcante como na Itália, e, por outro lado, a sua situação geo-política de estratégia militar ser diferente, factos que condicionaram uma abertura mais lenta e demorada. Embora se tivesse concluído um acordo prévio sobre a capitulação da Hungria numa altura propícia, este, por motivos vários, nunca se realizou.

Em cartas de 20 e 27 de Setembro de 1943 G. Kemman, *Chargé d'Affaires* americano em Lisboa, informa ter sido contactado pelo Embaixador Húngaro Wodianer para troca de impressões. Segundo um documento datado de 30 de Outubro do mesmo ano, a S.O.E. privilegia Lisboa como o lugar ideal para o prosseguimento das negociações sobre as condições do armistício, mas Wodianer não está em condições de poder apresentar os seus documentos de acreditação nesta incumbência<sup>(32)</sup>.

<sup>(30)</sup> Arquivo Nacional Húngaro, Kúm. k.428.

<sup>(31)</sup> Újpétery, *ob. cit.*, pp. 259-260.

<sup>(32)</sup> Gyula Juhász in *Magyar-Brit* - documento 89/B - pp. 281-282. Até

A diplomacia portuguesa, possivelmente, ter-se-á oferecido como intermediária deste processo que é um capítulo inédito e desconhecido para os investigadores húngaros. Em Dezembro de 1943, o Representante permanente português junto da Cruz Vermelha em Genebra, Freire de Andrade, visita Budapeste. As grandes agências informam sobre a notícia sensacionalista por meio do correspondente residente budapestino do jornal *Svenska Dagbladet* de Estocolmo. "Fontes de Estocolmo bem informadas sustentam ter por finalidade desta visita, a de dar conhecimento das condições de paz dos Aliados, referentes à Hungria. As mesmas sublinham que Freire de Andrade é um diplomata de carreira, várias vezes incumbido já, de importantes missões diplomáticas".

O *Daily Express*, no dia 3 de Dezembro, informa, aludindo a informações da Rádio Húngara, que Freire de Andrade desmente a sua suposta missão secreta. No entanto, será bem difícil interpretarmos de outro modo a sua presença em Budapeste e também um pequeno-almoço, tão pouco vulgar, oferecido da parte do Embaixador Português em Budapeste, Carlos de Sampaio Garrido, em 15 de Dezembro deste ano, em honra do Ministro dos Negócios Estrangeiros Húngaro, Jennő Ghyczy. Não temos grande margem de dúvidas quanto à sua justa interpretação, pois tratavam-se de autênticas tentativas de mediação<sup>(33)</sup>.

talvez fossem demais os canais de contacto... Já em começos de 1940 o Primeiro Ministro, Pál Teleki depositara 5.000.000 de dólares nos Estados Unidos para serem utilizados por um eventual e futuro Governo Húngaro no exílio. Um reconhecido como político da Oposição, o Conde István Bethlen, que podia ter beneficiado desta soma, e consta, que tivesse surgido uma sua deslocação a Estocolmo ou a Lisboa, (e eventualmente seguido para Londres no Outono de 1942 e na Primavera de 1943), julga precoce e apressado este passo. Paralelamente, políticos exilados como Tibor Eckhardt e Otto Habsburg, óbvio, com outras pretensões, sobem à cena político-diplomática, junto de meios governamentais estado-unidenses. A intervenção deste político, podemos considerá-la como a causadora de confusões várias. Os diferentes "grupos" que nesta altura contactavam os meios diplomáticos das Potências Aliadas representavam interesses vários causando interferências, pouco propícias, prejudicando o êxito das próprias negociações. Confirmar Gyula Juhász, *Magyar-Brit*, p. 72.

<sup>(33)</sup> Arquivo Nacional Húngaro, Küm. K. 428.

### 7. Ponto final e alguns pontos de reticência

Hoje em dia conhecem-se e reconhecem-se ampiamente os méritos dos dois diplomatas portugueses, Sampaio Garrido e Carlos Branquinho, que, talvez por diferentes motivações, acabaram por seguir o exemplo do cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, e ir até às consequências que as possibilidades do tempo e o acaso lhes iam permitindo na salvação de judeus húngaros na fase final da guerra na macabra capital magiar. A estes Wallemberges portugueses, hão de somar-se, no entanto, um punhado de funcionários húngaros da mesma embaixada<sup>(34)</sup>, que hoje nos são menos conhecidos, como por exemplo Gyula Gulden ou Ferenc Bartha, mas que, por directamente se encontrarem envolvidos nesta acção, arriscavam nada menos do que a sua vida<sup>(35)</sup>.

Como se sabe, os passaportes - salvocondutos portugueses, capazes de protegerem centenas de judeus húngaros do holocausto -, não autorizavam uma migração no país. Não é este o curioso caso da família Weis-Chorin, os proprietários do maior *holding leader* da indústria pesada, - e portanto armamentícia húngara na altura - que chegaram a Portugal após negociarem pela vida todos os seus bens e cederem às mãos dos alemães o pacote das suas ações. Conhecem-se as consequências imediatas<sup>(36)</sup> mas omitem-se geralmente as

<sup>(34)</sup> O Consulado Português tinha sofrido não poucas peripécias... Depois de terem sido as suas instalações afectadas no bombardeamento periódico da capital húngara, passou a funcionar numa residência (Budapest, Zrínyi u. 9) de Buda e, posteriormente, no Hotel Ritz, facto que explica a ausência duma grande parte dos documentos relativos a este período, tidos por desaparecidos. Tal como em Portugal, vários artigos de jornal, como os publicados por António Louçã, na Hungria textos de Endre Simó e de István Rákóczi contribuíram para o conhecimento e reconhecimento desta actividade humanista. Cf. Simó Endre, "Portugál Wallembergek. Több tízerzer magyar életet mentettek meg" (Wallembergues portugueses salvaram a vida de mais de mil húngaros) *Magyar Hírlap*, 29,1996/113.l.p.9.

<sup>(35)</sup> Ujpétery, *ob. cit.*, p. 462. Este tipo de corajosa intervenção não foi alheia às pessoas ligadas à actividade diplomática portuguesa. Segundo uma notícia de jornal de 17 de Junho de 1944, o sr. Teodozacos, ex-cônsul honorário português em Braila (Roménia), foi condenado a um ano de prisão por ter despachado passaportes a judeus. Cf. Arquivo Nacional Húngaro. Küm. K. 428. P.

<sup>(36)</sup> Cf. Ujpétery, *ob. cit.*, p. 461.

paradoxais posteriores - Weis Manfréd Miivek é o primeiro a ser nacionalizado após a guerra, por pertencer a um proprietário alemão nazi<sup>(37)</sup>.

Uma pesquisa aprofundada e centrada em outros fundos de arquivos <sup>(38)</sup>, terá a tarefa de apresentar o futuro dos muitos e dos mais variados emigrados ou exilados húngaros, que este Portugal aberto soube acolher num espectro ilimitado desde refugiados de guerra a arquidukes Habsburgos, vítimas e causas do terror, incluindo o próprio governador Miklós Horthy, cujo nome se oferece na historiografia húngara para cobrir todo aquele período a que pretendemos sumariamente analisar desde o ponto de vista dos seus contactos diplomáticos com Portugal.

<sup>(37)</sup> Carta de Ferenc Chorin a Horthy de 17 de Maio de 1944. Publicado em *Horthy Miklós titkos iratai*, (org. e notas de Miklós Szinai e László Szúcs), Budapeste, Kossuth Könyvkiadó, 1962, pp. 440-444. Cf. também: Éva Bán (kózzread. és bevez. / apres, e intr.), "A Weis Manfréd Miivek némt kézre kerülésének utótörténetéhez - Dokumentumok a lisszaboni külügyminisztérium archivumából" (Para completar a história da queda em posse alemã da empresa Weis Manfréd - Documentos do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa), *Kritika*, 1992/10. pp. 34-36.

<sup>(38)</sup> Para além dos Arquivos da PIDE, surgem como essenciais os registos das Casas Civas, que oferecem um abundante mananacial diferenciado sobre os refugiados da guerra em geral e dos seus contactos em particular. Eu próprio tive uma experiência muito feliz em relação à Casa Civil do Porto, que conserva os pedidos de naturalização de alguns húngaros. Colegas minhas, Márta Csaba e Magdolna Perjés preparam-se para publicar algumas entrevistas cedidas pela "colónia" húngara sobre a sua micro-história.